

Classes sociais e classes socioeconômicas: um estudo sobre os estratos sociais na Região Metropolitana de Salvador entre 2003 a 2010

Ualace Roberto de Jesus Oliveira¹

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. E-mail: ualacejesus@bol.com.br

RESUMO: No recente contexto das importantes mudanças sociais ocorridas no Brasil, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) - que historicamente é conhecida pelos seus graves problemas socioeconômicos - logrou melhoria significativa em muitos aspectos sócio-ocupacionais. Porém, observa-se que a mobilidade social ocorrida entre as classes sociais na referida região foi pouco expressiva entre 2003 e 2010. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é observar por meio de uma abordagem descritiva a emergência de uma Nova Classe C na RMS. Para tanto, será feita uma análise a partir de banco de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese para os anos de 2003 e 2010. A metodologia a ser utilizada consiste num estudo descritivo. Os resultados nos mostram que embora muitos aspectos relacionados aos rendimentos do trabalho das famílias da base da pirâmide na RMS melhoraram o processo ocorrido na referida região não pode ser considerado como um movimento pleno de mudanças na estrutura social.

Social classes and socioeconomic classes: a study on social strategies in the metropolitan region of Salvador between 2003 and 2010

ABSTRACT: In the recent context of important social changes in Brazil, the Metropolitan Region of Salvador (RMS) - which has historically been known for its serious socioeconomic problems - has achieved significant improvement in many socio-occupational aspects. However, it can be observed that social mobility between social classes in this region was not very significant between 2003 and 2010. In view of the above, the objective of this work is to observe through a descriptive approach the emergence of a New Class C in RMS. To do so, an analysis will be made from the database of the Dieese Employment and Unemployment Survey for the years 2003 and 2010. The methodology to be used is a descriptive study. The results show that although many aspects related to the income of the work of the families of the base of the pyramid in RMS improved the process occurred in that region can not be considered as a full movement of changes in the social structure.

1 INTRODUÇÃO

As transformações que a economia brasileira vivenciou nas últimas décadas impactaram a estrutura social das regiões metropolitanas do país. Os impactos dessas transformações se deram, principalmente, nas regiões metropolitanas que haviam se industrializado na segunda metade do século XX. Nesse processo, cada região metropolitana se insere em contextos regionais parti-

culares, onde as características socioeconômicas das unidades federativas em que elas se localizam podem exercer diferenças significativas entre as regiões metropolitanas. Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), esta que está situada no Nordeste do país, notadamente na Bahia, as transformações pelas quais passou o Brasil na primeira década do século XXI trouxe um impacto importante na sua estrutura social. Os dados de pesquisas referentes à ocupa-

ção da força de trabalho da população economicamente ativa, por exemplo, mostram que ocorreu importante expansão do emprego formal na RMS nessa década, muito embora parte significativa das vagas geradas tenha ocorrido em atividades que requeria apenas baixa ou nenhuma qualificação técnica. A despeito desses avanços, a referida região ainda conserva alguns estigmas sociais de um recente passado, tais como, elevado nível de desemprego, concentração de renda e expressivo contingente populacional que ainda vive em condições subumanas.

Diante do que foi exposto, o problema da presente pesquisa consiste em responder: As mudanças socioeconômicas ocorridas na RMS contribuíram para provocar um processo significativo de mobilidade social no seio da base da sua pirâmide social?

Esse trabalho se justifica com intuito de entender o fenômeno de mobilidade social no Brasil e, sobretudo, na Região Metropolitana de Salvador. No debate concernente às classes socioeconômicas na referida região, a análise de elementos sócio-ocupacionais, tais como: nível de escolaridade dos chefes de família, renda total das famílias, dentre outros, é de suma importância para compreender o fenômeno da mobilidade social.

Com a finalidade de alcançar os objetivos do trabalho, realizou-se uma análise a partir do banco de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) disponibilizados pela SEI/DIEESE para os de 2003 e 2010. A metodologia utilizada consistiu num estudo descritivo.

2 METODOLOGIA E DADOS

2.1 Caracterização da pesquisa

Com o objetivo de compreender melhor o tema referente a classes socioeconômicas, optou-se em realizar uma pesquisa descritiva. As pesquisas descritivas têm como principal objetivo descrever determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre as variáveis, além de estudar as características de grupos sociais, tais como: nível de escolaridade, aspectos familiares, posição social, sexo, dentre outros (GIL, 2008).

2.2 Aspectos metodológicos

No âmbito das metodologias concernente às classes socioeconômicas, podem ser identificados dois vetores investigativos principais. O primeiro deles, mais utilizado em função da sua simplicidade, é o da medição da classe média a partir da renda individual ou familiar auferida a partir de faixas de renda, que geralmente estabelecem de modo arbitrário os parâmetros inferiores e superiores (LANGONI, 1973 *apud* GUERRA *et al*, 2006). Desse modo, são obtidos os critérios que normalmente são utilizados em pesquisas de opinião pública ou de consumo, tais como as classes A, B, C, D e E, por exemplo. Trata-se simplesmente de uma subdivisão efetuada no interior da pirâmide distributiva de cada país (GUERRA *et al*, 2006).

O segundo vetor investigativo se detém mais na compreensão da classe média, a partir dos indivíduos em função de critérios sócio-ocupacionais (GUERRA *et al*, 2006). Dessa forma, ao contrário da definição de classe média baseada no critério de diferencial de rendimento ou participação na renda nacional, há uma possibilidade concreta de perceber a manifestação de distintas trajetórias ocupacionais que delimitam a

classe média, bem como a dinâmica de sua manifestação ao longo do tempo. Nesse vetor investigativo, há também uma segunda dimensão metodológica que possibilita o tratamento da estrutura ocupacional familiar e não somente de critérios sócio-ocupacionais. Em conformidade com a divisão do trabalho em cada espaço territorial, pode-se chegar à constituição dos segmentos sociais identificados como classe média. Nesse processo a estrutura sócio-ocupacional, por estar diretamente relacionada à divisão do trabalho, sofre as consequências decorrentes das transformações sociais na dinâmica capitalista.

Para o presente trabalho, julga-se mais adequado utilizarmos o critério que estratifica as classes socioeconômicas na Região Metropolitana de Salvador pela renda mensal familiar. Os anos escolhidos para tanto foram os anos Governo Lula (2003 a 2010), haja vista ser considerado um divisor de águas na história recente do Brasil, pois nesse período, como já foi dito outrora, observou-se uma progressiva reativação do mercado de trabalho formal associado à melhoria das oportunidades de negócios, por exemplo.

Para melhor compreendermos as mudanças ocorridas na estrutura social da RMS, utilizamos a metodologia comumente empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estratifica as classes com base na renda familiar auferida em termos de salário mínimo. Não obstante, consideraremos as classes A, B, C, D e E, como sendo, respectivamente, a classe alta, média, batalhadora, pobre e a ralé ([Quadro 1](#)), de modo a termos uma abordagem sociológica e mais crítica. Desse modo temos:

Quadro 1 - Faixas de renda

Frame 1 - Income brackets

Classes sociais	Número de Salários Mínimos
Classe alta (classe A)	Acima de 20 SM
Classe média (classe B)	10 a 20 SM
Batalhadores (classe C)	4 a 10 SM
Pobres (classe D)	2 a 4 SM
Ralé (classe E)	Até 2 SM

Fonte: Elaboração própria, com base no IBGE, 2015

Vale ressaltar que a distribuição dos ocupados por faixas de rendimentos em salários mínimos fornece elementos para compreender as transformações em curso no mercado de trabalho metropolitano além das condições sócio-ocupacionais das famílias nas suas respectivas classes sociais.

2.3 Base de dados

A Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) do Dieese tem como unidade amostral o domicílio da área urbana que a compõem. A metodologia de sorteio produz uma amostra equiproporcional em dois estágios, sendo os setores censitários sorteados dentro de cada zona de interpolação e os domicílios dentro de cada setor censitário. Estes municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação e 2.243 setores censitários. A pesquisa coletou informações mensalmente, através de entrevistas com moradores, em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários/mês. Ao contrário de outras pesquisas, sua metodologia, ao privilegiar a condição de procura de trabalho, na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos, permite captar formas de desemprego que são próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do brasileiro e por extensão da RMS ([DIEESE, 2012](#))

Em cada unidade domiciliar amostrada, foram pesquisados - por meio de entrevistas diretamente realizadas - todos os indivíduos residentes, independentemente da sua posição no domicílio. Os dados inicialmente são sujeitos a um processo de verificação cuidadoso que envolve a checagem de uma amostra de 20% do número total de domicílios realizados, além da verificação, caso a caso, de todos aqueles que apresentavam problemas em qualquer das etapas de crítica dos questionários. O questionário se estrutura, para fim de recuperação da informação, em três grandes partes que funcionam como subarquivos independentes, mas relacionáveis. A primeira sintetiza características gerais do domicílio pesquisado (como localização, número de membros, de famílias, sexo dos membros e identificação dos maiores e menores de 10 anos). A segunda apresenta as características individuais de todos os menores de 10 anos presentes nos domicílios (como idade, escolaridade, condição migratória, posição na família e domicílios). A terceira faz o mesmo para a População em Idade Ativa; ademais, no que diz respeito à População em Idade Ativa o questionário se desdobra numa longa e rica série de perguntas que abre um enorme elenco de alternativas para o estudo da ocupação (segundo setor de atividade, tamanho da empresa, localização desta, ocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas, etc.) e do desemprego (em múltiplas formas: desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário e pelo desalento, novidades de mensuração introduzidas pela metodologia do Dieese). Tal como desenhado, o questionário oferece grandes possibilidades para análise do emprego e desemprego na sua relação com a procura de trabalho ([CASTRO; BARRETO, 1998](#)).

Ademais, a PED julga que é preciso qualificar e ampliar esses conceitos para que alcancem a captação não só das situações claramente definidas de ocupação e desemprego, mas também daqueles intermediários que as pesquisas tradicionais desconsideram e incluem nas condições de inatividade ou de ocupação. Ao definir os conceitos de trabalho e de desemprego, a PED reelaborou as definições de ocupados e desempregados e por consequência, as de população economicamente ativa e de população inativa. Nesse processo, há algumas variáveis utilizadas pela PED que, inclusive, foram incorporadas ao presente trabalho que estão abaixo explicitadas conforme [Dieese \(2012\)](#):

- **Ocupados** - São os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, neste período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; ou possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional.

- **Família** - Conjunto de pessoas residentes em um domicílio ligadas por laços de parentesco (consanguinidade, adoção ou afinidade), podendo ainda ser integrado por outros indivíduos não parentes entre si, assim como a pessoa que vive só ou qualquer grupo de no máximo cinco pessoas não aparentadas que residem no mesmo domicílio. A identificação de uma ou mais famílias em um domicílio é obtida a partir da ordenação das relações nucleares (ca-

sal), relações primárias (pai, mãe, filho, irmão) e relações secundárias (tio, sobrinho, primo, etc.).

- **Inativos (de dez anos e mais)** - Parcela da População em Idade Ativa que não está ocupada ou desempregada. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

- **Posição no Domicílio e na Família:** Cada indivíduo possui uma posição no domicílio ou na família, segundo sua relação com o chefe do domicílio e da família: 1) chefe do domicílio e da família: morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o responsável pelo domicílio (ou pela família); 2) cônjuge: morador que vive conjugalmente com o chefe, independentemente do reconhecimento legal deste vínculo; 3) filho: morador(a) filho(a), filho(a) adotivo(a), enteado(a) ou de criação do chefe e/ou do seu cônjuge; 4) outro parente: morador com algum laço de parentesco com o chefe ou com seu cônjuge; 5) agregado: morador que não é parente do chefe ou do seu cônjuge e que não paga pensão; 6) pensionista: morador não parente que paga hospedagem; 7) empregado doméstico: morador que presta serviços de forma remunerada à família do chefe e que dorme no domicílio; 8) parente do empregado doméstico: morador que tem laços de parentesco com o empregado doméstico e que não presta serviço remunerado à família com a qual reside.

- **Situação de Trabalho** - A situação de trabalho é definida como aquela em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não-remunerado no período de referência, excetuando o trabalho excepcional.

- **Tipo de empregado:**

Empregado assalariado: é o indivíduo que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação trabalhista vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa – sob a forma de salário, ordenado ou soldo que pode incluir adicionais de tempo de serviço, cargos de chefia, por insalubridade, periculosidade. Em alguns casos, essa remuneração pode ser composta de duas partes: uma fixa, prevista no contrato de trabalho, e outra variável, sob a forma de comissão que pode ser paga pelo empregador, cliente ou por ambos. Esta categoria inclui, também, o militar de carreira e o professor cujo salário é calculado por hora/aula, mas que tem um número predeterminado de aulas fixado pela escola;

Empregado que recebe exclusivamente em espécie/benefício: são os empregados que, em troca de seu trabalho, só recebem alojamento, alimentação, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício, como, por exemplo, servente de escola que recebe como pagamento pelos seus serviços os estudos para um filho;

Empregado que presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração: são os indivíduos que prestam serviço militar obrigatório e os padres, freiras, pastores, etc. que recebem salário, bem como as pessoas que fazem algum tipo de serviço assistencial recebendo, por isso, uma remuneração em dinheiro;

Empregado que ganha exclusivamente por produção: é o trabalhador cujo vínculo empregatício é formalizado em contrato de autônomo, havendo apenas o compromisso de entregar a produção no prazo determinado. Portanto, só recebe pagamento por

unidade ou produto ou serviço executado e não tem jornada de trabalho prefixada. O indivíduo nesta situação é classificado como autônomo para uma empresa;

Empregado doméstico: é o indivíduo que trabalha em casa de família contratado para realizar serviços domésticos. Tanto pode ser mensalista, diarista ou receber só em espécie/benefícios. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal; o segundo, à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia; o último, agrega o indivíduo que realiza trabalhos domésticos em casa de uma família tendo como pagamento por seus serviços apenas alimentação, alojamento, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício.

3 CLASSES SOCIAIS NA RMS E SEUS ASPECTOS GERAIS

Para melhor entendermos o perfil das classes sociais na RMS - visto que a renda familiar não retrata concretamente a realidade social - observaremos o universo delas por meio dos aspectos sócio-ocupacionais (nível de escolaridade, tipo de ocupação, grau de instrução do chefe de família, dentre outros). Desse modo, perceberemos que as famílias bem mais dotadas dos recursos que estão associados ao conceito de capital cultural - como elevado nível de escolaridade, por exemplo - são as que estão melhores situadas na pirâmide social. Dito isso, vale ressaltar que no sistema capitalista o capital cultural é de fundamental importância para assegurar às classes sociais importantes privilégios. Assim, a capacidade financeira que uma família tem em poder comprar o tempo dos seus filhos, para que estes possam dedicar-se plenamente aos

estudos, permite às classes altas ocupar os melhores postos no mercado de trabalho. Enquanto as famílias da base da pirâmide, sobretudo as da ralé, em face de possuir exíguo capital cultural, estão fadadas a realizar tarefas braçais e de baixíssima qualificação técnica caso não hajam políticas sociais que visem equacionar o problema do ciclo geracional da pobreza.

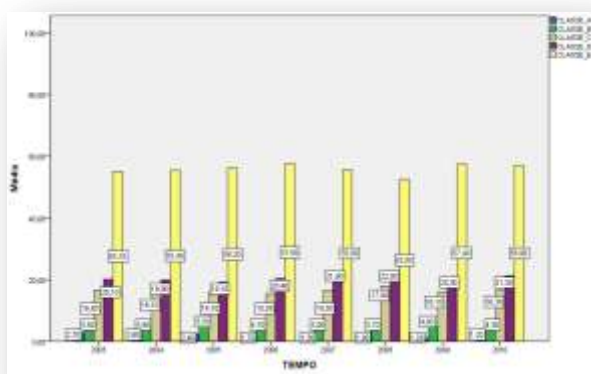
3.1 Mobilidade na estratificação social da RMS

Diferentemente do que mostra os estudos afirmativos sobre a existência de uma nova classe média na RMS, onde pelo menos metade da população encontrar-se-ia na classe C, as informações aqui apresentadas com base no na PED de 2003 a 2010, evidenciam que esse percentual é apenas ligeiramente superior a 1/6 da população. Além disso, os dados desta pesquisa nos mostram que, na média, o percentual de pessoas que estão no referido grupo social permaneceu quase inalterado ao longo desse período. Os dados mostram que mais da metade da população da RMS, desde 2003, é composta por famílias de classe E (ou da ralé), visto que auferem renda mensal de 0 a 2 salários mínimos.

O grupo que ocupa o segundo lugar em termos de maior representatividade é os pobres, este que por sinal apresentou um comportamento bastante instável ao longo do período em questão. Já as classes B e A encolheram em termos percentuais, com maior destaque para a segunda. Esse fato evidencia duas coisas importantes: primeiro, o encolhimento das classes A e B nos mostra que houve um processo de retração da atividade econômica nos setores mais dinâmicos da economia na RMS, setores

que inclusive requer maior qualificação técnica da sua força de trabalho e que concede maior remuneração aos trabalhadores nele empregados. Segundo, o encolhimento da classe Alta é indicativo de que um número bastante pequeno de famílias se apropria da renda gerada na região, fato que configura um processo de (re)concentração de renda na RMS ([Gráfico 1](#)).

Gráfico 1- Estratos de renda na RMS
Chart 1- Income strata in RMS



Fonte - Elaboração própria, Dados da PED, 2003 a 2010. Software spss 22

3.2 Composição racial das classes socioeconômicas na RMS

Os dados da PED nos mostram que a Região Metropolitana de Salvador ainda continua conservando aspectos sociais de um recente passado de fortes contradições sociais, configurando-se, assim, como uma cidade onde os negros continuam tendo baixa representatividade social nas classes mais abonadas, além de sua participação nelas diminuir período após período, como pode ser visto na [Tabela 1](#):

Tabela 1 - Composição racial da classe A

Table 1 - Racial composition of class A

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	37,8%	54,1%	8,1%
2004	38,7%	55,5%	5,9%
2005	40,7%	51,8%	7,5%
2006	39,1%	53,9%	6,9%
2007	38,8%	52,3%	8,9%
2008	43,3%	50,1%	6,2%
2009	43,5%	50,4%	6,2%
2010	42,4%	53,6%	4,0%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Além disso, o percentual de negros na classe B também registrou queda no período em questão, tendo o percentual de brancos apresentado importante crescimento no período (crescimento de 4,6% no ano de 2010 em relação a 2003). Já o percentual de pardos apresentou pequeno decréscimo no ano de 2010 em relação a 2003 ([Tabela 2](#)).

Tabela 2 - Composição racial da classe B

Table 2 - Racial composition of class B

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	29,2%	59,3%	11,4%
2004	27,7%	61,3%	10,9%
2005	30,7%	57,9%	11,3%
2006	29,0%	61,0%	9,8%
2007	34,1%	53,9%	12,0%
2008	35,5%	52,8%	11,7%
2009	34,1%	56,0%	9,9%
2010	29,3%	62,3%	8,4%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Já a classe C em 2010 era composta majoritariamente por pardos (65,3%), seguido por negros (16,45) e brancos (18,3%), tendo os pardos um pequeno aumento percentual no período em questão, como pode ser observado na [Tabela 3](#):

Tabela 3 - Composição racial da classe C

Table 3 - Racial composition of class C

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	16,6%	63,9%	19,3%
2004	16,0%	64,7%	19,3%
2005	17,0%	62,8%	20,2%
2006	18,4%	62,8%	18,8%
2007	16,6%	61,0%	22,4%
2008	19,9%	59,6%	20,5%
2009	18,6%	64,3%	17,1%
2010	18,3%	65,3%	16,4%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

A classe D (os pobres) na RMS é também composta principalmente de pardos, sendo que o percentual desses registrou significativo aumento no ano de 2010 em relação a 2003 (aumento de 10,3%). Em seguida estão os pretos (18,0%), sendo que seu percentual apresentou significativo decréscimo no período supracitado (diminuição de 11,9%), seguida por brancos (10,5%), como pode ser visto na [Tabela 4](#):

Tabela 4 - Composição racial da classe D

Table 4 - Class D racial composition

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	9,0%	61,1%	29,9%
2004	8,4%	63,8%	27,8%
2005	9,9%	61,2%	28,8%
2006	9,9%	63,0%	27,1%
2007	9,9%	62,6%	27,5%
2008	11,0%	62,3%	26,7%
2009	9,9%	67,0%	23,1%
2010	10,5%	71,4%	18,0%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Na classe E o percentual de brancos é pequeno em relação aos demais grupos étnicos (era de apenas 9,6% em 2010). Vale ressaltar que no ano de 2003 o percentual de negros que pertenciam a ralé era de 10,6%, mas seu percentual diminuiu para 9,6% em 2010. Já o percentual de pardos é mais expressivo na classe E (era de 71,0%), seguido pelos pretos (19,3% em 2010). Ademais, podemos inferir com base nos da-

dos da tabela 14, que a ralé na RMS além de parda é também preta, e este fato nos mostra que a o fenômeno das desigualdades de classe é também um problema de racial ([Tabela 5](#)).

Tabela 5 - Composição racial da classe E

Table 5 - Racial composition of class E

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
2003	10,6%	61,1%	28,1%
2004	10,6%	60,5%	28,9%
2005	9,9%	61,1%	29,0%
2006	9,2%	61,9%	28,6%
2007	11,0%	59,3%	29,6%
2008	11,4%	60,6%	27,6%
2009	10,1%	65,4%	23,9%
2010	9,6%	71,0%	19,3%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

3.3 Setor de atividade por classes no mercado de trabalho da RMS

Como se pode observar na [Tabela 6](#), as classes socioeconômicas na RMS estão ocupados majoritariamente no setor de serviços. As classes A e B são as que apresentam o maior percentual da força de trabalho ocupada nesse setor, seguida pelas classes C, D e E, nessa ordem:

Tabela 6 - Ocupados no setor de serviços por classe

Table 6 - Employed in the service sector by class

	A	B	C	D	E
2003	70,00%	68,60%	65,2%	57,0%	54,9%
2004	72,80%	71,10%	65,9%	55,8%	55,1%
2005	74,10%	69,60%	66,2%	56,3%	54,4%
2006	71,80%	71,90%	66,3%	57,3%	54,1%
2007	74,70%	73,30%	66,6%	57,9%	54,5%
2008	73,60%	74,30%	66,5%	58,9%	55,0%
2009	71,10%	73,80%	67,8%	58,1%	55,5%
2010	73,00%	75,00%	66,9%	57,4%	55,7%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Sobre o setor de comércio, observa-se que é o setor onde está congregado o maior número de pessoas das classes C, D e E, seguida pelo setor de serviços, como pode ser

visto na [Tabela 7](#):

Tabela 7 - Ocupados setor do comércio por classe

Table 7 - Occupied trade sector by class

	A	B	C	D	E
2003	8,30%	11,80%	15,4%	17,2%	17,1%
2004	7,30%	10,90%	15,6%	17,7%	17,9%
2005	7,50%	10,70%	15,3%	16,4%	17,7%
2006	7,40%	10,10%	15,9%	17,2%	17,6%
2007	5,90%	10,40%	15,0%	17,9%	17,7%
2008	8,00%	9,90%	15,1%	16,0%	17,3%
2009	8,70%	9,80%	15,5%	17,4%	17,4%
2010	10,60%	10,60%	15,6%	18,0%	17,1%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

No que tange ao setor industrial, entre 2003 a 2010, a taxa de participação da força de trabalho nesse setor oscilou bastante em todas as classes. Mas, em 2010 em relação a 2009, apenas a classe C apresentou crescimento da força de trabalho no referido setor ([Tabela 8](#)):

Tabela 8 - Ocupados na indústria de transformação por classe

Table 8 - Employed in manufacturing industry by class

	A	B	C	D	E
2003	8,80%	10,70%	10,4%	9,0%	7,7%
2004	9,40%	10,40%	9,7%	8,8%	7,6%
2005	10,30%	12,00%	10,5%	9,9%	8,0%
2006	10,10%	11,70%	9,9%	9,6%	7,6%
2007	10,80%	10,00%	9,8%	8,9%	8,7%
2008	9,30%	10,40%	10,2%	8,5%	8,0%
2009	11,00%	10,30%	8,9%	8,7%	7,5%
2010	7,50%	7,40%	9,7%	8,7%	7,5%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Da força de trabalho ocupada na construção civil, as classes D e E são aquelas que apresentam maior contingente como pode ser visto na [Tabela 9](#):

Tabela 9 - Ocupados no setor da construção civil por classe

Table 9 - Employed in the civil construction sector by class

	A	B	C	D	E
2003	2,60%	2,10%	3,3%	6,0%	5,7%
2004	2,61%	2,20%	3,0%	5,6%	5,3%
2005	1,40%	2,30%	3,1%	5,9%	5,5%
2006	1,41%	2,00%	3,2%	5,7%	6,5%
2007	2,40%	2,41%	3,8%	5,7%	6,6%
2008	3,40%	2,50%	3,9%	6,5%	7,1%
2009	3,10%	2,60%	4,4%	6,8%	8,0%
2010	3,40%	3,90%	4,2%	8,0%	8,8%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

De 2003 a 2006 a taxa de participação da força de trabalho no setor da construção civil oscilou em todos os setores, passando a crescer de forma ininterrupta e em todas as classes a partir de então. A classe socioeconômica que registra maior participação da força de trabalho no referido setor é a classe E, seguida pela classe D.

3.4 Níveis de escolaridade nas classes socioeconômicas

Os dados da PED mostram que o nível de escolaridade na RMS aumentou consideravelmente nesses anos, em todos os estratos, principalmente nas classes socioeconômicas que compõe a base da pirâmide social, como é possível ver nas [Tabelas 10](#) e [11](#):

Tabela 10 - 1º grau completo

Table 10 - Complete 1st grade

	A	B	C	D	E
2003	21,5%	25,5%	39,0%	57,0%	58,0%
2004	18,8%	24,1%	37,9%	55,6%	57,0%
2005	16,4%	22,8%	36,9%	52,5%	56,7%
2006	17,1%	19,9%	33,0%	50,5%	54,4%
2007	14,7%	19,8%	33,4%	48,3%	52,4%
2008	11,7%	19,0%	31,5%	46,3%	52,5%
2009	9,6%	16,9%	28,5%	44,8%	59,1%
2010	10,0%	16,8%	26,9%	43,1%	48,8%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Tabela 11 - 2º grau completo
Table 11 - Complete 2st grade

	A	B	C	D	E
2003	26,6%	39,6%	45,9%	35,6%	29,0%
2004	26,1%	40,1%	46,2%	39,6%	29,9%
2005	25,7%	37,8%	46,2%	39,2%	30,4%
2006	23,4%	36,8%	46,4%	40,5%	32,1%
2007	25,6%	37,4%	46,2%	42,6%	33,6%
2008	27,5%	34,7%	47,0%	43,3%	34,6%
2009	24,0%	34,9%	47,6%	44,8%	36,6%
2010	25,9%	34,4%	48,0%	45,8%	37,3%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Observa-se também que o número de pessoas que passaram a cursar o ensino superior na RMS apresentou um crescimento significativo ao longo desse período e em todos os estratos de renda. Porém, como é possível observar na [Tabela 12](#), o maior de nível de escolarização ainda é um privilégio das classes mais abonadas:

Tabela 12 - 3º grau completo
Table 12 - Complete 1st grade

	A	B	C	D	E
2003	51,20%	33,80%	12,60%	3,10%	7,50%
2004	54,40%	34,70%	13,90%	3,40%	8,00%
2005	57,50%	38,70%	15,20%	4,60%	8,50%
2006	59,20%	42,70%	18,80%	5,20%	8,50%
2007	58,70%	42,00%	18,70%	5,80%	9,70%
2008	60,10%	45,40%	19,80%	6,80%	8,50%
2009	65,60%	47,50%	22,50%	7,40%	9,30%
2010	63,70%	47,90%	23,70%	8,10%	10,30%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

3.5 Chefes de família

Na Região Metropolitana de Salvador, assim como em grande parte das regiões metropolitanas, o percentual de lares chefiados por mulheres aumentou em todas elas ([Tabelas 13](#) e [14](#)), ocorrendo com maior ênfase nos estratos composto por famílias de baixa renda.

Tabela 13 - Lares chefiados por homens
Table 13 - Men-headed households

	A	B	C	D	E
2003	81,90%	75,30%	71,60%	71,70%	63,60%
2004	81,20%	73,80%	69,70%	70,30%	61,70%
2005	85,20%	77,60%	71,20%	72,90%	63,20%
2006	84,00%	75,00%	72,00%	72,70%	63,10%
2007	77,40%	73,60%	71,00%	72,00%	62,30%
2008	82,70%	74,90%	70,00%	68,90%	58,20%
2009	86,20%	73,00%	68,70%	68,20%	59,20%
2010	80,00%	73,30%	70,20%	69,20%	59,30%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Tabela 14 - Lares chefiados por mulheres
Table 14 - Households headed by women

	A	B	C	D	E
2003	18,1%	24,7%	28,4%	28,3%	36,4%
2004	18,8%	26,2%	30,3%	29,7%	38,3%
2005	14,8%	22,4%	28,8%	27,1%	36,8%
2006	16,0%	24,1%	28,0%	27,3%	36,9%
2007	22,6%	26,4%	29,0%	28,0%	37,7%
2008	17,3%	25,1%	30,0%	31,1%	41,8%
2009	13,8%	27,0%	31,3%	31,8%	40,8%
2010	20,0%	26,7%	29,8%	30,8%	40,7%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

O crescimento do número de lares chefiados por mulheres na RMS está relacionado aos problemas sociais que os membros dessas classes estão mais expostos, como a violência urbana. Ademais, vale ressaltar que elas têm tido dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, razão que as tem as levado exercer atividades por conta própria.

3.6 Escolaridade do chefe de família

Já os dados concernentes ao nível de educação fundamental dos chefes de família da RMS nos mostra que houve um importante processo de evolução em todas as classes, muito embora a quantidade de chefes de família que se encontram nas classes D e E com apenas o primeiro grau completo ainda seja bastante elevada, como pode ser observado na [Tabela 15](#):

Tabela 15 - Escolaridade do chefe de família (1º grau completo)
Table 15 - Schooling of the head of the family (1st Degree)

	A	B	C	D	E
2003	8,00%	14,50%	32,00%	53,30%	54,70%
2004	5,20%	13,10%	32,40%	51,00%	53,30%
2005	4,60%	13,30%	31,00%	47,70%	54,10%
2006	5,10%	11,60%	27,50%	47,00%	51,30%
2007	6,00%	11,70%	29,60%	44,00%	49,40%
2008	6,80%	10,20%	27,10%	41,30%	49,70%
2009	3,30%	10,00%	23,30%	40,60%	46,90%
2010	4,90%	9,50%	22,70%	38,30%	46,40%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Evolução importante também foi registrada entre os chefes de família com nível médio de escolaridade em todas as classes ([Tabela 16](#)), com destaque para o movimento ocorrido no seio das classes D e E, estas que apresentaram crescimento de 12,1% e 10,4%, respectivamente.

Tabela 16 - Escolaridade do chefe de família (2º grau completo)
Table 16 - Head of household education (2nd grade)

	A	B	C	D	E
2003	25,20%	39,60%	46,70%	35,80%	28,40%
2004	24,50%	40,10%	45,90%	37,90%	29,40%
2005	23,00%	36,80%	46,10%	40,80%	29,60%
2006	22,90%	36,50%	48,30%	40,90%	31,90%
2007	28,60%	39,00%	46,20%	43,80%	34,10%
2008	24,10%	35,80%	48,10%	45,10%	35,20%
2009	25,70%	38,40%	49,70%	47,00%	37,70%
2010	26,50%	37,40%	48,80%	48,10%	38,80%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

Os dados da PED ainda nos mostra que houve um importante processo de crescimento na taxa de chefes de família que passaram a ter nível superior ([Tabela 17](#)), sendo que esse processo mais intenso nas classes B, C e D quando comparado o primeiro ano com o último da série em questão.

Tabela 17- Escolaridade do chefe de família (3º grau completo)
Table 17- Head of household education (3rd grade)

	A	B	C	D	E
2003	68,50%	45,50%	18,80%	4,40%	8,20%
2004	69,90%	46,40%	19,70%	5,00%	8,60%
2005	72,40%	49,50%	21,00%	5,30%	9,10%
2006	72,00%	51,60%	22,80%	6,80%	9,50%
2007	65,50%	49,00%	22,80%	7,50%	9,60%
2008	69,10%	53,60%	22,90%	8,40%	8,30%
2009	71,00%	51,30%	25,30%	8,00%	8,70%
2010	68,10%	52,10%	27,10%	9,70%	9,20%

Fonte - Elaboração própria, com base nos dados da PED, 2003 a 2010

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Metropolitana de Salvador apresentou melhorias significativas em muitos aspectos sociais. Apesar de ter ocorridos tais avanços, a RMS ainda conserva antigos problemas de um passado não muito distante. O contingente de miseráveis, por exemplo, continua elevado, visto que mais de 26% da população em 2010 sobrevivia com apenas meio salário mínimo. Ademais, observou-se também que o número de lares chefiados por mulheres nas classes da base da pirâmide cresceu sistematicamente e o grau de escolaridade dos chefes de família nessas classes embora tenha aumentado ainda continua muito baixo, fato que nos leva inferir que estas classes tenderão a reproduzir o ciclo geracional da pobreza, por conta do parco capital cultural que detém.

Ademais, a representatividade dos negros nas classes mais abastadas ainda continua pouco expressiva, além de ter diminuído em 2010 em comparação a 2003. Diante do exposto, as classes mais aquinhoadas da Região Metropolitana de Salvador continuam sendo composta basicamente de brancos e mestiços, mostrando com isso que a desigualdade entre as classes na RMS é também um fenômeno de cor. Um fato

também que chama a atenção nesse processo é a diminuição de trabalhadores ocupados no setor industrial e aumento nos demais setores (comércio, serviços e construção civil). Assim, pode-se perceber que a maioria das vagas criadas nesse processo se caracterizou pela exigência de baixa qualificação técnica, o que é coerente com expansão de empregos no setor de comércio e serviços basicamente.

Na Região Metropolitana de Salvador, onde metade da população é da classe C, este grupo social na referida região era de apenas 16% em 2010. Esse percentual, inclusive, permaneceu relativamente imóvel entre 2003 e 2010, ou seja, quase não apresentou alterações. Nesse processo, observou-se também que houve um encolhimento do tamanho das classes A e B na RMS, sendo a ocorrência desse processo mais intensa na primeira. Tal fato, como já foi dito, está diretamente relacionado à diminuição dos postos de trabalho gerados no setor industrial, este que é responsável pela geração de empregos de maiores remunerações. Além disso, pôde-se observar que a maior parte da população na referida região ainda é está na classe D e E, não na classe C (ou classe batalhadora) como tem sugerido outros estudos. Assim, pode-se afirmar que o processo de mobilidade social ocorrido na pirâmide social na Região Metropolitana de Salvador foi praticamente estático no período em questão a despeito dos avanços sociais ocorridos. Desse modo, a RMS se apresenta como uma atipia em relação ao próprio Brasil, pois as mudanças ocorridas no período em questão não foram suficientes para promover um processo pleno de mobilidade social dos pobres.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, N.; BARRETO, V. S. **Trabalho e desigualdades raciais. Negros e Brancos no mercado de trabalho de Salvador**. Salvador: Anablume, 1998. 228 p.
- DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012, 404 p.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. 199 p.
- GUERRA, A. *et al.* **Classe média desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006. 143 p.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 14 de dezembro de 2016.
Avaliado em 10 de janeiro de 2017.
Aceito em 18 de janeiro de 2017.
Publicado em 28 de março de 2017.

Como citar este artigo (ABNT):

OLIVEIRA, Ualace Roberto de Jesus. Classes sociais e classes socioeconômicas: um estudo sobre os estratos sociais na Região Metropolitana de Salvador entre 2003 a 2010. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 6, n. 3, p. 85-96, set./dez. 2016.